

# XEOGRAFÍA • 12

## **Jorge Montenegro Gómez**

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá;  
Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT ).  
*e-mail: jorgemon00@hotmail.com*

## **Antonio Thomaz Júnior**

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da  
FCT/UNESP/Presidente Prudente;  
Professor do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá; Pesquisador 2C  
do CNPq; Coordenador do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) <  
*www.prudente.unesp.br/ceget* >; Coordenador do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca  
Sindical "Florestan Fernandes" (CEMOSI). *e-mail: thomazjr@stetnet.com.br*

**NOVO SENTIDO DA LUTA DE CLASSES E DO CONTROLE SOCIAL  
NO MEIO RURAL UMA CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA DO  
CONFLITO CAPITAL X TRABALHO**

## CONSELLO EDITOR:

**Pilar Alonso Logroño**  
Xeografía e Historia. USC

**Xoaquín Alvarez Corbacho**  
Economía Aplicada. UC

**Manuel Antelo Suarez**  
Fundamentos do Análise Económica. USC

**Juan J. Ares Fernández**  
Fundamentos do Análise Económica. USC

**Xesús Leopoldo Balboa López**  
Historia Contemporánea e América. USC

**Xosé Manuel Beiras Torrado**  
Economía Aplicada. USC

**Joam Carmona Badía**  
Historia e Institucións Económicas. USC.

**Luis Castañón Llamas**  
Economía Aplicada. USC

**Melchor Fernández Fernández**  
Fundamentos da Análise Económica. USC

**Manuel Fernández Grela**  
Fundamentos da Análise Económica. USC

**Xoaquín Fernández Leiceaga**  
Economía Aplicada. USC

**Lourenzo Fernández Prieto**  
Historia Contemporánea e América. USC

**Carlos Ferrás Sexto**  
Xeografía. USC

**Ignacio García Jurado**  
Estatística e Investigación Operativa. USC

**Mª Do Carmo García Negro**  
Economía Aplicada. USC

**Xesús Giráldez Rivero**  
Historia Económica. USC

**Wenceslao González Manteiga**  
Estatística e Investigación Operativa. USC

**Manuel Jordán Rodríguez**  
Economía Aplicada. USC

**Rubén C. Lois González**  
Xeografía e Historia. USC

**Edelmiro López Iglesias**  
Economía Aplicada. USC

**Xosé Antón López Taboada**  
Fundamentos da Análise Económica. USC

**Alberto Meixide Vecino**  
Fundamentos da Análise Económica. USC

**Emilio Pérez Touriño**  
Economía Aplicada. USC

**Miguel Pousa Hernández**  
Economía Aplicada. USC

**Carlos Ricoy Riego**  
Fundamentos da Análise Económica. USC

**José Mª Da Rocha Alvarez**  
Fundamentos da Análise Económica. UV

**Román Rodríguez González**  
Xeografía. USC

**Xavier Rojo Sánchez**  
Economía Aplicada. USC

**Xosé Santos Solla**  
Xeografía e Historia. USC

**Francisco Sineiro García**  
Economía Aplicada. USC

## COORDINADORES DA EDICIÓN:

- **Área de Análise Económica**  
Juan J. Ares Fernández

- **Área de Economía Aplicada**  
Manuel Jordán Rodríguez

- **Área de Historia**  
Lourenzo Fernández Prieto

- **Área de Xeografía**  
Rubén C. Lois González,

## ENTIDADES COLABORADORAS

Fundación Caixa Galicia  
Consello Económico e Social de Galicia  
Fundación Feiraco  
Instituto de Estudos Económicos de Galicia  
Pedro Barrié de la Maza

**Edita:** Servicio de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela  
**ISSN:** 1138 - 2708  
**D.L.G.:** C-1687-97

# Novo Sentido da Luta de Classes e do Controle Social no Meio Rural Uma Contribuição à Geografia do Conflito Capital x Trabalho

**Jorge Montenegro Gómez**

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá; Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). *e-mail: jorgemon00@hotmail.com*

**Antonio Thomaz Júnior**

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá e do Centro de Educação Universitária (CEUD/Dourados/UFMS); Pesquisador 2C do CNPq; Coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) <[www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget)>”; Coordenador do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi). *E-mail: thomazjr@stetnet.com.br*

## Resumo

Apesar das novas orientações nas políticas para o meio rural, se basearem na maior integração no mercado e no consenso entre classes sociais, o conflito capital x trabalho continua sendo um referencial imprescindível para entender a dinâmica do campo. A pretendida superação (sem ser solucionada) da questão agrária, por uma *questão do desenvolvimento*, definida dentro do estreito horizonte da reprodução do capital, responde a uma estratégia de controle social embutida na gestão territorial que o Estado realiza a partir das políticas de desenvolvimento rural e que se enfrenta ao *desenho territorial* que os trabalhadores, através do MST, constroem nos acampamentos e assentamentos.

## Palavras chave

Conflito capital x trabalho – questão agrária – desenvolvimento rural – controle social – gestão territorial

## **Resumen**

A pesar de las nuevas orientaciones en las políticas para el medio rural, basadas en una mayor integración en el mercado y en el consenso entre clases sociales, el conflicto capital *versus* trabajo continúa siendo un referente imprescindible para entender la dinámica del campo. La pretendida superación (sin haber sido solucionada) de la cuestión agraria, por una “cuestión del desarrollo”, definida dentro del estrecho horizonte de la reproducción del capital, responde a una estrategia de control social enmarcada en la gestión territorial que el Estado realiza a partir de las políticas de desarrollo rural y que se enfrenta al “dibujo territorial” que los trabajadores, a través del MST, construyen en los *campamentos* y *asentamientos*.

## **Palabras Clave**

Conflicto capital *versus* trabajo – cuestión agraria – desarrollo rural – control social – gestión territorial.

## **Abstract**

In spite of the new directions in the policies for rural areas, based in a biggest integration in the market and the consensus between social classes, the conflict capital *versus* labour continues being an essential element to understand the dynamics of the countryside. The supposed overcoming (without to be solved) of the agrarian question, for a *question of the development*, defined within the narrow horizon of the reproduction of the capital, it answers to a strategy of social control implicit in the territorial management that the State makes from the rural development policies and that it is faced to the *territorial drawing* that the workers, through the MST, construct in the *acampamentos* and *assentamentos*.

## **Key Words**

Conflict capital *versus* labour – agrarian question – rural development – social control – territorial management

## **Introdução**

Um novo paradigma de compreensão dos problemas do meio rural e de implementação de políticas públicas para tentar resolvê-los vem se consolidando nos últimos dez anos no Brasil. Trata-se de um paradigma que incorpora as novas reformulações econômicas, sociais, políticas e territoriais que o capital apresenta como forma de sair da crise estrutural que atravessa.

Se o horizonte das políticas públicas implementadas no passado era amenizar os problemas associados à denominada questão agrária (frente à impossibilidade de resolvê-los dentro do capitalismo), nos últimos dez anos assistimos à geração de um conjunto de medidas que constroem outro referencial teórico e metodológico com o qual, sustentar a intervenção do Estado no meio rural, significa o que podemos denominar de *questão do desenvolvimento* (Montenegro Gómez, 2001).

Problemas como a concentração fundiária ou a expropriação e exclusão dos trabalhadores rurais, presentes na formulação da questão agrária, tentam, agora, ser resolvidos a partir de políticas públicas de desenvolvimento rural que propõem uma maior integração dos produtores rurais no mercado como forma de solucionar os desequilíbrios estruturais do meio rural.

Sob este novo enfoque, ao mesmo tempo, um dos aspectos principais que revelava a questão agrária, o conflito capital x trabalho no meio rural, perde sua centralidade em favor da construção de um consenso social amplo. A principal mensagem que a questão do desenvolvimento passa através da sua ênfase na participação da sociedade civil na gestão dos programas de desenvolvimento é que a construção de um consenso entre todos os grupos sociais que formam uma comunidade local permitirá um desenvolvimento socioeconômico harmônico e favorável para todos. A generalidade e a *intransparência* desse discurso é a marca de um *novo* projeto de gestão da luta de classes e de referência ao controle social.

Ao longo do nosso artigo mostraremos como a transição da questão agrária, como paradigma de entendimento dos problemas no meio rural, para uma *questão do desenvolvimento*, “liberada” do enfrentamento entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em

que nega a vigência de um conflito não resolvido (e sim aprofundado), reflete estratégias de controle social funcionais à reestruturação do capital frente à sua crise estrutural<sup>1</sup>.

Uma nova trama de relações sociais se apresenta como fundamentação do desenho territorial que expressa *novos* procedimentos de gestão do trabalho pelo capital e pelo Estado, que tanto no campo quanto na cidade revela um novo patamar de controle do processo social mais geral. Assim, a crise que se instala no âmbito do trabalho e toda a conseqüente conjugação de valores objetivos e subjetivos que são redefinidos, não nos autoriza a insistir nos referenciais teóricos que restringem a explicação dos problemas do campo à situação camponesa e/ou do trabalhador rural (assalariado ou não)<sup>2</sup>. Nesse texto nos propomos a refletir essa questão, apresentando algumas evidências dos estudos em consecução, e sobretudo, exercitar um aprendizado teórico com nossos interlocutores.

### **Vigência do conflito capital x trabalho no meio rural**

Tanto as políticas agrárias, base da intervenção do Estado até metade dos anos noventa, como as políticas de desenvolvimento rural que vêm se consolidando desde então, revelam a necessidade de intervir em um meio rural caracterizado pelas desigualdades e pelos desequilíbrios. São 500 anos de uma estrutura fundiária e de formas de exploração e organização do trabalho e da produção profundamente concentrada e injustas<sup>3</sup> respectivamente, agravadas mais ainda nos últimos trinta anos em virtude da intensificação da concentração da propriedade da terra e da crescente expansão do capitalismo no campo<sup>4</sup>.

A introdução no campo, a partir da década de 1970, de sistemas de produção altamente intensivos em capital (mecanização, insumos químicos, melhoramento genético das sementes) desestruturou uma grande parte dos pequenos produtores incapazes de se incorporar às exigências da nova matriz produtiva. Hoje, a expropriação, expulsão e exclusão continuam marcando a situação dos trabalhadores rurais<sup>5</sup> em todo o país. Nem o êxodo rural, que reduziu intensamente no passado o contingente de egressos do campo, nem a introdução de outras

---

<sup>1</sup> Cf. Thomaz Júnior. 2001.

<sup>2</sup> Em textos anteriores tivemos a oportunidade de aprofundarmos essa questão. Ver: Thomaz Júnior (2001 e 2002a).

<sup>3</sup> Os trabalhos de Fernandes (1999) e Thomaz Júnior (2001) nos oferecem duas aproximações sobre a situação injusta vivida pelos trabalhadores rurais nos últimos cinco séculos.

<sup>4</sup> O trabalho de Graziano da Silva (1982) revela amplamente as conseqüências da modernização capitalista no campo brasileiro. Em Delgado (1985), Kageyama (1987) e Oliveira (1986), podemos entender com mais profundidade esse assunto.

<sup>5</sup> Sob esta denominação simplificadora (esperamos que não simplista) estamos considerando tanto os pequenos produtores como os assalariados rurais e os sem-terra.

atividades no meio rural (industriais e de serviços), conseguem aliviar a crise estrutural que recobre o trabalho no meio rural.

A organização dos trabalhadores em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), objetivando melhorar suas condições de vida e de trabalho mediante pressão sobre o Estado, para a implementação das políticas públicas e de reforma agrária e para a construção de experiências organizativas sob critérios mais próximos das necessidades do trabalhador, como são os acampamentos e assentamentos que o MST organiza ao longo do país<sup>6</sup>, nos indica a magnitude do conflito capital x trabalho no meio rural.

Vigência e necessidade. A exacerbação dos critérios mercantilistas no meio rural que atingem nos últimos tempos até a política de reforma agrária<sup>7</sup>, com programas como o Banco da Terra, mostra a necessidade dos trabalhadores rurais se organizarem para evitar o agravamento de suas condições de vida e em muitos casos sua desapareição.

Além de vigorar a grande parte das circunstâncias que levaram aos trabalhadores a formar o MST em 1984, como resultado de um processo organizativo que nasceu nos finais dos anos 1970, atualmente as políticas de desenvolvimento rural que o Estado implementa reforçam os argumentos para justificar um fortalecimento na organização dos trabalhadores e na sua luta contra as imposições do capital embutidas em tais políticas e que os desconsideram.

Sob a idéia de desenvolvimento rural assistimos a uma nova *modernização dolorosa*. O capital, seguindo sua lógica destrutiva, acelera sua reprodução no meio rural mediante as políticas públicas que tentam integrar também os pequenos produtores às normas ditadas pelo mercado<sup>8</sup>. A concorrência aumenta e instaura uma nova seletividade no campo e com ela a exclusão.

O amplo leque de programas que conformam a nova política de desenvolvimento rural, e que substituem a política agrária, tem como alvo uma nova categoria de agricultor que estaria destinado a ser o *factótum* deste novo paradigma para o campo: o agricultor familiar<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> O MST está organizado em 23 dos 27 estados brasileiros, sendo Acre, Amazonas, Roraima e Amapá os estados em que não tem implantação.

<sup>7</sup> A política que hoje está em marcha com essa denominação, não passa de uma política de assentamentos rurais, portanto, muito aquém de qualquer transformação efetiva na estrutura fundiária e na relação capital x trabalho. Para uma crítica dessa política atual consultar: Carvalho Filho (2001), Fernandes (2001) e Lopes (1999).

<sup>8</sup> Além da agricultura de grande escala destinada majoritariamente à exportação que gera lucros e divisas em quantidades elevadas, graças à poderosa política agrícola que a subsidia, a agricultura de pequeno porte está se convertendo cada vez mais em alvo das políticas públicas, através das políticas de desenvolvimento rural, como forma de ampliar a acumulação do capital em uma época de crise.

<sup>9</sup> Existe uma literatura numerosa que trata de definir o termo agricultura familiar. Neste sentido, os estudos do Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (1996 e 2000) têm aberto um amplo debate sobre esse público alvo

Esta categoria incorporaria as demandas do mercado, as transformações da matriz produtiva e tecnológica, melhores patamares de educação e saúde, maior aptidão para competir por uma parcela do mercado onde colocar seus produtos, também reuniria a flexibilidade e a formação suficientes para diversificar suas fontes de ingressos (realizando alguma transformação do seu produto, desenvolvendo atividades de turismo na sua propriedade, etc.).

O fortalecimento da agricultura familiar com base nestes parâmetros traz, como afirmávamos, um aprofundamento da concorrência e, paralelamente, da exclusão social no meio rural. Os produtores mais estruturados e com melhores aptidões para adaptar-se à nova conjuntura se convertem na minoria bem-sucedida e privilegiada pela política de desenvolvimento rural, enquanto a grande maioria mal-sucedida (perdedora) se converte em público das políticas paliativas de combate à pobreza para o meio rural.

Tudo em função de uma pretendida modernização do meio rural. Até parece que a exclusão é algo inerente à modernização, quando na realidade é a lógica do capital que a partir da desigualdade aprofunda e recria a exclusão dos setores mais desfavorecidos da classe trabalhadora. Com isso não queremos dizer que a exclusão social não contemple a inclusão da maioria dos trabalhadores à lógica excludente do modo de produção capitalista e ao próprio processo de valorização do capital<sup>10</sup>.

Por ser a política de desenvolvimento rural uma política que mantém as desigualdades no campo, fortalecendo a reprodução do capital ao tempo que aprofunda a submissão do trabalho, constatamos a força com que o conflito capital x trabalho se mantém como paradigma explicativo da realidade que caracteriza o meio rural.

Mas, quais são os principais atributos dessa nova política que mantém e até aprofunda as assimetrias e contradições entre capital e trabalho no meio rural? Existe uma contraproposta elaborada pelos trabalhadores que enfrente essa proposta articulada pelo Estado em função das necessidades do capital?

### **Gestão territorial do capital x desenho territorial dos Sem Terra**

Em 1993, o Banco Mundial (BM) elabora o relatório nº 11738-BR de 27 de maio como encerramento de algumas linhas de financiamento para a agricultura que mantinha em parceria com o governo brasileiro. Nele, depois de reconhecer que a política implementada até

---

dos novos programas de desenvolvimento rural. Para ampliar essa discussão, consultar: Abramovay (2000); Blum (1999); Brose (1999); Lamarche (1998); Medeiros (2001); Veiga (1995 e 1998); Hespanhol (2000); Fernandes e Leal, (2002); e as publicações do Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER).

<sup>10</sup> A esse respeito ver: Marx e Engels (1984), Mészáros (1996b).

então gerou distorções importantes em favor do capital, o BM faz uma série de recomendações ao governo visando uma profunda mudança tanto nos objetivos como nas medidas a implementar para consolidar uma agricultura com um perfil diferente. O seguinte parágrafo extraído do citado relatório mostra o conteúdo da proposta do BM:

“O Banco Mundial vê uma agricultura emergindo no futuro dirigida pela empresa privada, oferecendo oportunidades para novos pretendentes e regulada por um conjunto mínimo e neutro [sic] de intervenções governamentais. (...) O papel ideal do governo nestes casos é o de retirar as intervenções de todos os tipos, exceto aquelas que atinjam critérios bem determinados sobre o que seja bem público, falhas de mercado e proteção ambiental” (Banco Mundial apud Vilela, 1997, p. 7).

A política agrária que o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) vai começar a elaborar depois de ganhar as eleições de 1994 assumirá diligentemente estas indicações do BM. A imposição de limites para a atuação do Estado, que se reduz a acompanhar e fomentar a iniciativa privada e a reparar com fundos públicos as falhas produzidas pelo funcionamento do mercado, será a diretriz fundamental da reformulação da política agrária no novo governo. Mas, não a única.

Diante de uma situação de forte tensão no meio rural, o governo FHC vai utilizar a elaboração de uma nova política para o campo com o intuito de reduzir o conflito existente. O fortalecimento experimentado pelos movimentos sociais rurais críticos com a política que vinha sendo implementada se reflete na conquista de programas governamentais que atendem as necessidades dos trabalhadores rurais sem-terra que vão sendo assentados em virtude da pressão exercida frente à passividade e o descaso do governo. Programas de crédito específico para assentados como o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), programas de assistência técnica para os assentamentos, como o projeto LUMIAR, ou programas dirigidos a elevar os níveis de educação dos assentados, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), foram conquistados pela luta dos trabalhadores. No entanto, à medida que se consolida uma nova forma de intervenção do Estado no meio rural, os avanços obtidos pelos trabalhadores sofrem cortes e até retrocessos.

Assim, em 1995 nasce o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), que transformado em 1996 no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) irá substituir o PROCERA, dificultando as condições de acesso ao crédito dos assentados em virtude de uma ampliação do crédito para todos os

pequenos produtores. O projeto LUMIAR é congelado depois dos resultados positivos alcançados nos assentamentos fruto do trabalho conjunto entre os técnicos do projeto e o MST. O PRONERA, co-financiado pelo BM, será o programa que vai enfrentar menos interferências, por responder a uma das prioridades do próprio Banco: a melhora, no mínimo no plano estatístico, dos níveis de educação.

A progressiva consolidação de uma política de desenvolvimento rural se constitui, então, em um poderoso instrumento de ataque aos movimentos sociais, ao recortar suas conquistas, contrapondo medidas que, ao priorizarem a individualização do trabalhador rural sem-terra, desestimulam sua necessidade de organizar-se na busca de uma real melhora de sua qualidade de vida e de suas expectativas como produtor rural. A contundente avaliação de Carvalho Filho (2001) sobre o Banco da Terra, programa “estrela” da nova política, nos serve para ilustrar uma face importante do que em palavras tomadas da citação anterior do relatório do BM sobre a agricultura brasileira deveria ser um “conjunto mínimo e neutro [sic] de intervenções governamentais”:

“O fato é que o Banco da Terra tem o objetivo estratégico de desqualificar os movimentos sociais organizados — especialmente, deslegitimar o MST — atuando diretamente no âmbito econômico dos trabalhadores desorganizados. Assim, provocaria mudanças na correlação das forças políticas e ideológicas envolvidas na luta pela terra, beneficiando os interesses dos latifundiários e subordinando os trabalhadores rurais. As invasões seriam retidas, os latifundiários receberiam dinheiro à vista por terra e benfeitorias, e os trabalhadores ficariam sob o domínio das oligarquias locais, liberadas do respeito à função social da propriedade rural (...) A reforma agrária e o desenvolvimento rural com base na agricultura familiar fazem parte da retórica” (Carvalho Filho, 2001, p. 223).

A proliferação de programas que vão surgindo sob as novas diretrizes<sup>11</sup> (intensa mercantilização da dinâmica rural e acirramento do embate com os movimentos sociais), terá, em 1999, uma proposta de articulação com base em um plano de maior alcance. Assim, em março desse ano foi divulgado o “projeto de reformulação da reforma agrária”, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário, intitulado: *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural. Política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado*, e difundido como a “Nova Reforma Agrária” ou o “Novo Mundo Rural”. Trata-se de um documento, ainda em

---

<sup>11</sup> Para uma visão crítica dos programas que conformam a nova política de desenvolvimento rural ver Montenegro Gómez (2002).

discussão, mas que representa a proposta mais completa até o momento de uma política de desenvolvimento local para o meio rural<sup>12</sup>.

Com base na agricultura familiar, que “tende a exibir um perfil essencialmente distributivo (...) [e] traz imensas vantagens comparativas sob o prisma ambiental”, se constrói uma proposta baseada em estratégias de desenvolvimento local, portanto, alternativa ao modelo de desenvolvimento baseado na agricultura patronal, que segundo o documento “encontra-se em crise” (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 1999).

O escopo da proposta se coloca, reforçando as propostas dos últimos anos, na integração do agricultor familiar ao mercado, melhorando para isso seu acesso à educação e a terra e submetendo todo o processo, desde a aquisição da terra até a comercialização dos produtos, agrícolas e não-agrícolas<sup>13</sup>, às leis do mercado:

“A proposição central do programa tratado neste documento é a de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, *não necessariamente agrícolas*” (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 1999). (Grifo nosso).

O meio rural, na concepção do projeto, deixa de ser apenas um espaço de produção agrícola para consolidar-se em um espaço “pluriativo”, sendo contempladas, também, sua dimensão de espaço de residência, de serviços e patrimonial. Como podemos observar, o meio rural é concebido desde um ponto de vista mais amplo, que integra todos os setores econômicos e prioriza as medidas destinadas a valorizar o território.

---

<sup>12</sup> Na segunda metade de 2001, nasce, também como o caráter de documento de discussão dos rumos a seguir para construir uma estratégia de desenvolvimento no meio rural, um estudo coordenado por J. E. da Veiga dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, com a pretensão, segundo seu autor, de transformar-se durante 2002 em lei (Veiga et al., 2001).

<sup>13</sup> “Igualmente, embora o principal mercado de nossa atuação seja o do agronegócio, não se deve perder de vista outras atividades produtivas cada vez mais presentes no meio rural, como aquelas ligadas ao turismo, ao lazer, etc. Na verdade, ao invés do agronegócio, na realidade atual do campo o conceito mais adequado é o do negócio rural. E, se estamos tratando da agricultura familiar, o conceito mais específico é o do *negócio familiar rural*” (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 1999, p. 5. Grifo nosso).

Em função destes aspectos, o “Novo Mundo Rural” apresenta outra mudança profunda na sua concepção. Ao fomento das atividades agrícolas, se incorpora a promoção de outras atividades não-agrícolas, “em uma nova concepção do desenvolvimento socioeconômico” onde o “rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local” (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 1999).

Pode se enxergar uma transposição no âmago do enfoque. Do setorial ao territorial. O agrário perde sua centralidade por uma visão complexa do rural, onde atividades agrícolas e não agrícolas convivem na tentativa de consolidar o espaço rural como um espaço portador de um desenvolvimento socioeconômico consistente e amplo<sup>14</sup>. As políticas de gestão territorial ganham força em comparação às setoriais. O controle territorial integral fruto de uma política de desenvolvimento local ganha força frente ao parcial enfoque setorial que estava vigente. A atividade agrária como elemento central do desenvolvimento rural deixa seu lugar a uma proposta de desenvolvimento rural que busca a diversificação da base produtiva no meio rural, implementando estratégias de desenvolvimento local (fortalecimento dos recursos endógenos, descentralização administrativa).

Como podemos observar, com esta mudança no enfoque do desenvolvimento (do setorial ao territorial), estamos frente a uma gestão territorial do Estado atrelada aos interesses do capital, com nítidos objetivos de enfraquecer o trabalho, ou a organização e luta pela terra. O local, fulcro da nova perspectiva, incorpora um acirramento da competência nessa escala com outros locais na busca de uma inserção melhor e mais profunda no mercado. Com a ajuda do Estado, através das políticas de desenvolvimento rural, se oferece aos produtores (locais) instrumentos e condições para melhorar seu desempenho frente a outros locais, considerando a escala global.

Este é o fundamento da questão do desenvolvimento que agora se estabelece como paradigma interpretativo e de intervenção no meio rural. Definido o objetivo do desenvolvimento como central para o progresso da comunidade local e para a melhora de sua qualidade de vida, todos os seus componentes ficam impelidos a orientar seus esforços nesse sentido. Alguém poderia se negar a participar de um projeto deste tipo? Como se posicionar contra uma proposta que prega o desenvolvimento socioeconômico construído a partir da participação de todos os grupos sociais de uma comunidade, particularmente, com as atenções para os mais necessitados?

---

<sup>14</sup> A esse respeito, Silva (1999) apresenta essa nova referência teórico-metodológica de abordagem do rural brasileiro. Mais informações: [www.unicamp.br](http://www.unicamp.br).

A repressão sofrida pelos movimentos sociais rurais críticos, como o MST, mostra a falácia que incorpora a gestão territorial do capital, implementada pelo Estado. A concorrência que ela promove, nega e/ou mascara a mensagem de participação igualitária e benefícios para todos. A exclusão que ela perpetua revela sua verdadeira intenção de manter o *status quo* dominante, seguindo o velho *leitmotiv* conservador: “mudar para que nada mude”.

Diante desta exclusão que fragiliza ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho<sup>15</sup>, o MST vem construindo um discurso e uma prática que confronta a gestão territorial dominada pelo capital. Desde um patamar que não pode equiparar-se com o alcançado na elaboração dos programas que fazem parte da política de desenvolvimento rural (com maior grau de definição), o MST constrói, sobretudo, nos acampamentos um *desenho territorial* primário e longe do viés empresarial próprio da gestão territorial impulsionada pelo Estado, tendo em vista que nos assentamentos, a luta cotidiana para viabilizá-los têm mostrado as fragilidades do Movimento diante da fúria do mercado capitalista.

Ao longo de um processo contraditório e desigual, os acampamentos e assentamentos organizados pelo MST, na sua luta contra o latifúndio improdutivo, devolvem à terra seu valor de uso, trazendo também, no caso dos assentamentos, em grande parte, um maior respeito com o meio ambiente, cumprindo com a percentagem de reserva florestal estabelecida e intervindo de forma decidida no cuidado e regeneração do solo.

A proposta do MST complementa este desenho territorial com uma relação capital x trabalho alternativa àquela própria do sistema de metabolismo social do capital<sup>16</sup>, fundamentada em uma matriz produtiva e tecnológica atrelada a agroecologia, que leve em conta “a supremacia do trabalho sobre o capital”, numa sociedade regida por valores “humanistas e socialistas” (MST, 1995). Há, todavia, que ressalvamos os limites desse projeto, como indicado anteriormente, especialmente quando se trata dos assentamentos e a sua viabilização econômica e social.

Os acampamentos e os assentamentos promovidos pelo MST acolhem esta construção de um sistema de metabolismo social antagonico ao do capital. Se bem que os empecilhos e as dificuldades existentes para levar o discurso à prática são enormes e em muitas ocasiões intransponíveis. O que se percebe nestes espaços são formas embrionárias de transformação

---

<sup>15</sup> Este conceito formulado por Antunes (2000) reflete a necessidade de atualizar o conceito elaborado por Marx de classe trabalhadora, ampliando-o em função da complexificação do mundo do trabalho que ocorre nos nossos dias.

<sup>16</sup> Aquele em que a centralidade das relações metabólicas de primeira ordem, aquelas funções vitais de reprodução individual e societal, vêm sendo substituídas pelas relações metabólicas de segunda ordem, meios de produção alienados e suas personificações, como dinheiro e produção para troca, como apontado por Antunes (2000), em respeito às idéias de Mészáros.

social, ou experiências mais ou menos bem sucedidas de organização do trabalho para além do capital, governadas pelas vontades da classe-que-vive-do-trabalho.

Não pensamos que se trata de um modelo equiparável em sua abrangência e estruturação ao sistema de metabolismo social do capital, no entanto, observamos que, em função das contradições e da intensificação da fragilização do trabalho, provocadas por este sistema, se estabelece um antagonismo no interior das classes que sofrem a lógica destrutiva do capital, fortalecendo-se a necessidade de construir alternativas que visem a emancipação social diante da submissão ao capital.

O confronto entre duas propostas de gestão territorial no meio rural, a do capital através da política de desenvolvimento rural e a do MST em função da conquista de assentamentos onde construir uma lógica centrada no trabalho e para além do capital, coloca o conflito capital x trabalho no âmago de qualquer interpretação do que acontece no campo brasileiro.

A tentativa de reduzir os problemas estruturais do meio rural a uma questão do desenvolvimento, desconsiderando os desequilíbrios sociais e econômicos existentes em função de um consenso alcançado sobre alternativas pertencentes ao horizonte estreito do capital, responde às estratégias de controle social fundadas, de um lado na ofensiva do capital na produção (a reestruturação produtiva) e na política (o neoliberalismo)<sup>17</sup>.

### **A questão do desenvolvimento: estratégia de controle social do capital**

As políticas públicas de desenvolvimento rural contêm uma mensagem implícita: não existe alternativa além do mercado. O fomento à participação da sociedade civil que marca o funcionamento dessas políticas, se defronta com um leque de propostas reduzido, entre as quais, escolher o rumo mais apropriado para uma comunidade determinada. As possibilidades se inserem em uma faixa tão estreita de atuação que realmente não existe nem uma mínima oportunidade de mudança real no sistema de metabolismo social.

Nada de novo. A atuação do Estado explicita seu papel de acólito das necessidades do capital. Moreira (1985) se mostra contundente neste sentido: “(...) o Estado terá seu papel de administrar as contradições com fins de reproduzir a ordem social tal qual é, ocultando as contradições e realizando a hegemonia do capital, confundido ao de árbitro imparcial e

---

<sup>17</sup> Mais detalhes ver: Antunes (2000) e Thomaz Júnior (2000).

aclassista” (p. 40). As políticas públicas servem, então, a este duplo fim: manter a ordem social ao tempo que aceleram a reprodução e a valorização do capital.

A idoneidade do Estado como diretor da dinâmica social, parece ser aceita por boa parte dos pesquisadores dedicados a analisar as novas relações que se dão no meio rural. Destacamos dois argumentos amplamente difundidos entre os autores que defendem este posicionamento, aliás, argumentos característicos da corrente teórica que subsidia a elaboração das novas políticas públicas. Para tanto recorreremos aos trabalhos de Navarro (2001) e de Martins (2000) dos quais transcrevemos alguns dos seus raciocínios para defender o papel do Estado.

O primeiro autor, aceitando como premissa que “nesta quadra da história, o padrão econômico e o regime político que sustentam a sociedade brasileira estariam ancorados no capitalismo e a sua superação, sequer remotamente, encontra-se no horizonte”, defende o papel do Estado “por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido de mudança social”<sup>18</sup> (Navarro, 2001, p. 94 e 88).

Por outra parte, mas no mesmo sentido, Martins trabalha este aspecto da legitimidade dos poderes públicos, associando-o ao conflito travado entre trabalhadores e capital: “MST e CPT querem uma reforma agrária que atinja as causas, que são causas históricas, que se tornaram causas institucionais e políticas, sem, entretanto, oferecerem perspectivas de saída política para elas no *marco da lei e da ordem*. Pois, para isso *é preciso ganhar eleições e não as ganhando é preciso estar disponível para a negociação política de questões como essa*” (2000, p. 124. Grifos nossos).

Com base nestes argumentos, poderíamos pensar que o Estado manteria uma posição neutra na relação entre classes sociais, quando na realidade o Estado é representante “dos interesses coletivos da classe proprietária” (Germer, 2000, p. 21).

Existe, além da defesa do Estado como órgão que incorpora as vontades e satisfaz as necessidades de toda a população, outro mito recorrente por dentro das políticas de desenvolvimento rural. O mito do próprio desenvolvimento. O desenvolvimento seria mais uma das utopias nunca realizadas do capitalismo, um espectro construído para orientar o desenvolvimento contraditório das forças produtivas no futuro (Alves, 2001).

Autores como Sachs (2000) e Furtado (1998), aprofundam essa idéia do desenvolvimento como mito. No livro organizado por W. Sachs, *Dicionário do*

---

<sup>18</sup> Mais informações podem ser extraídas do Boletim Eletrônico do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br).

*Desenvolvimento*, se aborda a idéia de desenvolvimento como a estratégia utilizada, desde finais dos anos 40, para alcançar a “ocidentalização do mundo” (Sachs, 2000, p. 15).

Segundo este autor, o presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, no seu discurso de posse, em 20 de janeiro de 1949, “referiu-se pela primeira vez ao hemisfério sul como ‘áreas subdesenvolvidas’” (Sachs, 2000, p. 12). A “corrida” pelo desenvolvimento sob as diretrizes dos países centrais começa neste momento. Com a associação da idéia de desenvolvimento à de progresso, se consegue que, a expansão da produção agregada, expressa em termos contábeis e essência dos valores de troca que predominam no sistema metabólico do capital, seja tomada como o objetivo fundamental e, em diferentes versões, adaptada às circunstâncias dos países centrais, dos periféricos ou até, num contexto de concorrência entre modelos, dos chamados países socialistas.

O sistema global do capital se amplia numa dupla dinâmica, horizontal e vertical. Se por um lado, o capital vai incorporando cada vez mais territórios na sua dinâmica, por outro, a intensificação das “mediações de segunda ordem do capital” passam “a se constituir como elemento fundante do ‘sistema de metabolismo social do capital’” (Antunes, 2000, p. 17). A imposição da idéia de desenvolvimento se consolida como uma estratégia que reforça esta dupla dinâmica, expandindo por todo o mundo as formas de controle ocidentais.

Celso Furtado, na sua obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, estabelece também essa associação entre desenvolvimento econômico e mito. Pela contundência com que critica o simulacro que se esconde por trás da idéia de desenvolvimento e pela vigência das suas conclusões<sup>19</sup>, reproduzimos uma extensa citação desta obra:

“(…) o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de deprecação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana (….) o *desenvolvimento econômico* - a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como desconhecer que esta idéia tem sido de grande

---

<sup>19</sup> A obra é de 1974, tendo sido reeditada a primeira parte em 1998, da qual extraímos a citação.

utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito” (Furtado, 1998, p. 88-89. Grifo do autor).

A idéia de desenvolvimento, no interior da *sociedade produtora de mercadorias* em que vivemos, nos remete à subordinação estrutural do trabalho ao capital. Seja o desenvolvimento “macro” que dominou a cena internacional desde o final da 2ª Guerra Mundial ou o desenvolvimento local que se promove no contexto atual, a estrutura de dominação se mantém. Se o desenvolvimento, como “obrigação” para os países “subdesenvolvidos”, mostrava limites intransponíveis e “legitimava” uma situação de dependência, o “novo” desenvolvimento com base local implementado no meio rural continua, no fundamental, a repetir as mazelas que acompanham o movimento de reprodução capitalista, depois de redimensionar seu campo de implementação e de adequá-lo às idéias da democracia formal vigente<sup>20</sup>.

Os adjetivos como humano, solidário ou sustentável, associados ao desenvolvimento local, são tentativas de harmonizar a lógica destrutiva do capital em relação ao gênero humano. Uma tentativa fadada ao fracasso.

Por baixo da potenciação dos recursos endógenos, do fomento à participação da sociedade civil na construção do desenvolvimento e da inter-relação harmônica com o território local, subjaz a lógica da rentabilidade, da concorrência e do controle social<sup>21</sup>.

Com estes argumentos em torno da verdadeira essência das políticas públicas de desenvolvimento rural, podemos afirmar que tanto em função do verdadeiro papel do Estado (funcional às necessidades do capital), como pela forma em que o conceito de desenvolvimento está atrelado à lógica da reprodução do capital, essas políticas públicas se constituem em estratégias de controle social do capital.

Esta é a verdadeira essência do capital, ser um sistema de comando, um sistema metabólico socioeconômico de controle (Mészáros, 1996a). Portanto, no momento de se enfrentar um novo arranjo no sistema de metabolismo social, em função, entre outras coisas,

---

<sup>20</sup> Cf. Thomaz Júnior., 2000.

<sup>21</sup> A esse respeito, Mészáros (1987), aponta a importância do controle social como instrumento de dominação de classe.

da reestruturação produtiva e de sua mundialização, o capital adota novas estratégias que lhe permitam manter-se no comando, agora sob o signo da financierização<sup>22</sup>. Para tal fim, um dos mecanismos é reformular o modelo de desenvolvimento e implementá-lo com a ajuda do Estado “também uma estrutura de comando para a regulação da vida das pessoas a partir do alto” (Mészáros, 1996a, p. 132).

As tentativas, mais ou menos firmes, de regular o sistema de metabolismo social do capital através da participação da sociedade civil na gestão territorial do Estado, como pregam os defensores da nova política de desenvolvimento rural, chocam com a impossibilidade de regular e controlar o capital, sendo que a única forma de livrar-se dele será “por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade” (Mészáros, 1996a, p.131).

O antagonismo e a perspectiva emancipatória, portanto, se perpetuam como as ferramentas que o trabalho possui para transformar a sociedade para além do capital. No fortalecimento de um desenho social e territorial conflitante com a gestão social e territorial do capital implementada pelo Estado, se fundamentam as verdadeiras possibilidades de forjar uma guinada no sistema de metabolismo social que devolva às funções vitais de reprodução social e individual sua primazia, satisfazendo assim as verdadeiras necessidades e vontades da classe-que-vive-do-trabalho<sup>23</sup>.

### **Considerações finais**

Por mais que chamemos atenção dos nossos interlocutores para a polêmica sobre a mudança *radical* dos rumos do Estado brasileiro em torno da em torno da questão agrária, se faz necessário darmos seqüência às investigações e às pesquisas, pois, somente dessa forma, nossos argumentos vão se somar a tantos outros e, portanto, serão capazes de evidenciar os reais sentidos, conteúdos e espacialidades que o desenvolvimento rural (local) alcançou em detrimento do esvaziamento da temática da questão agrária e da conseqüente *desnecessidade* de se discutir um projeto de Reforma Agrária para o país.

Com o suporte de parte da *intelligentisia* universitária e acadêmica, *desacreditada* do projeto autônomo de emancipação da classe trabalhadora, o Estado se propõe a forjar a gestão de um novo compromisso social, pautado num contrato de confiança supra-classes e capaz de

---

<sup>22</sup> Cf. Chesnais (1996) e Alves (1999).

<sup>23</sup> Cf. Thomaz Júnior., 2002a.

“promover o desenvolvimento com equidade social”<sup>24</sup>. Temos, de um lado, o fato de o desenvolvimento local, longe de ser uma abstração imperceptível, alimenta esperanças de multidões de trabalhadores que se apresentam para sustentar o anunciado sucesso da agricultura familiar, agora encimado na inserção mercadológica de produtores desassistidos<sup>25</sup> (sic).

Por outro lado, frente à impossibilidade de resolver, dentro do horizonte estreito do capital, os problemas estruturais que assolam o meio rural, as classes hegemônicas e o Estado se propõem eliminar as vozes discordantes.

Através da elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural que homogeneizam o pequeno proprietário dentro dos cânones do agricultor familiar integrado no mercado, por meio da criminalização das ações realizadas pelos movimentos sociais críticos, com a pretensão de “abrir” os programas de desenvolvimento para que acolham um maior número de categorias de trabalhadores rurais, o Estado entra na eliminação do problema, fomentando a individualização do trabalhador rural, reduzindo os rumos do meio rural às possibilidades mais apropriadas à reprodução do capital e reprimindo a ação dos movimentos sociais através da mídia, da justiça, da polícia ou, por omissão, permitindo a impunidade da violência desferida sobre os trabalhadores rurais.

Nesse sentido, sob o fetiche da construção democrática do desenvolvimento, as políticas públicas cumprem a função de “limpar” o terreno para acelerar a valorização do capital no meio rural em função dos novos parâmetros que definem sua crise estrutural e sua reestruturação. Devemos, então, nos atentarmos para a apreensão dos problemas que afligem o meio rural, não isoladamente, mas em função das mediações que “atravessam” essa realidade fruto das mudanças no metabolismo da sociedade de capital.

Diante dos *novos* sentidos atribuídos à dinâmica da sociedade do capital, especialmente com a sua mundialização e todos os efeitos desse processo ao mundo do trabalho, comparecem em cena *novos* papéis para o meio rural. Estratégias de revitalização do tecido produtivo, como a pluriatividade ou a flexibilização, são aplicadas também no campo. Novas relações de trabalho são adotadas paralelamente às tradicionais para responder melhor aos requerimentos da produção. Enfim, temos um meio rural em franca transformação, sendo, pois, cada vez mais atrelado às diretrizes do capital e, portanto, sua compreensão requer que entendamos as contradições do processo social mais geral.

---

<sup>24</sup> Cf. Boletins do NEAD.

<sup>25</sup> Cf. Navarro, 2001.

Neste sentido, trazemos uma interessante analogia construída por O. Ianni e recolhida por Menezes Neto:

“Sob vários aspectos, a pequena produção pode ser vista como um caso ‘sui generis’ de subcontratação, terceirização ou flexibilização, em contraposição com a “linha de montagem’ ou a organização fordista da produção. A grande empresa confere à pequena empresa tarefas que podem ser delegadas, tais como: produção de gêneros alimentícios e matéria-prima, gestão da mão-de-obra familiar e assalariada, administração da produtividade e qualidade, responsabilidade pelo controle e execução do conjunto do ciclo produtivo de gêneros alimentícios e matéria-prima, transferência de riscos e perdas, compromisso de administrar tensões sociais nas relações de trabalho, etc.” (Ianni *apud* Menezes Neto, 2000, p. 66).

Com isso, podemos asseverar que as relações que acontecem no meio rural não são exceção. Cada vez mais, deveremos aprimorar nossos instrumentais analíticos para perceber e entender como a lógica do capital na sua nova fase, caracterizada pela mundialização e a reestruturação produtiva, penetra e transforma a dinâmica rural.

Entender a “eliminação” do conflito capital x trabalho, sem solucioná-lo, através da implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural que pregam o consenso e a integração da unidade familiar ao mercado, como propomos nesse artigo, deve fazer parte de um entendimento mais amplo das novas estratégias de dominação do capital sobre o trabalho.

Por fim, um entendimento em construção que demanda uma práxis de pesquisa contínua, também requer que não desfoquemos nossas atenções da centralidade do conflito capital x trabalho. Assim, não nos sentiríamos motivados pelo chamamento do consenso assimétrico entre as classes sociais, em nome de uma parceria entre desiguais, com interesses diferentes e, sobretudo, antagônicos.

## **Bibliografia**

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico*. 2000. Disponível em: <<http://www.dataterra.com.br/Documentos>>. Acesso em: 02 ago. 2001.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Globalização*. O capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001a.

\_\_\_\_\_. Trabalho e luta emancipatória: reestruturação produtiva do capital, pacto de classes e a epocalidade da revolução. 2001. Palestra realizada na *II Jornada sobre o Trabalho* (CEGeT), Presidente Prudente, em 20 out. 2001b.

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 57-103.
- BROSE, Markus. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul: GTZ/EDUNISC, 1999.
- CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a *Nova Reforma Agrária*. In LEITE, Sérgio (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p 193-223.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Icone, 1985.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. A questão agrária no limiar do século XXI. In: *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 19-48.
- \_\_\_\_\_. Brasil: 500 Anos de Luta pela Terra. *Revista de Cultura Vozes*, v. 93, n. 2, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; LEAL, Gleisson Moreira. *Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária*. Presidente Prudente, 2002. (mimeogr.).
- FURTADO, Celso. *O Mito do desenvolvimento econômico*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GERMER, Claus. *Uma crítica da questão agrária entendida como problema do capital*. Curitiba, 2000. (Mimeogr.).
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1999.
- H SPANHOL, Rosângela. A. M. *A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente*. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). IGCE/UNESP/Rio Claro.
- KAGEYAMA, Ângela et. al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: [s.n.], 1987.
- LAMARCHE, Hugues. Por uma teoria da agricultura familiar. In: *A agricultura familiar (vol. II): Do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 303-307.
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. *Comentário sobre o 'Novo Mundo Rural' ou a 'Nova Reforma Agrária' do Governo FHC*. 1999. Disponível em <<http://www.dataterra.com.br/Documentos>>. Acesso em: 30 maio 2001.
- MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social*. n. 11 (2), p. 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).
- MARX, K. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Moraes, s/d.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *História*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1989.

- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 'Sem Terra', 'Assentados', 'Agricultores familiares': considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: *Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2001. p. 103-124.
- MENEZES NETO, Antônio Júlio de. A modernidade do MST frente à mundialização do capital. *Cadernos do CEAS*. n. 187, p. 65-78, maio/jun. 2000.
- MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- \_\_\_\_\_. O marxismo hoje: entrevista com Mézáros. *Crítica Marxista*, n. 3, p. 129-137, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Editora Ensaio, 1996b.
- \_\_\_\_\_. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 143-154.3
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *O Novo Mundo Rural - projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo*. 1999. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2001.
- MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. A 'questão do desenvolvimento' nas reformulações da política agrária brasileira: reflexões iniciais. *Revista Pegada*, Presidente Prudente: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). v. 2, n° 2, p. 43-54, out. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital*. Maringá: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2002, 291 p. (Dissertação, mestrado em Geografia).
- MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Estudo sobre espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MST. Programa de reforma agrária. *Caderno de formação*, n° 23. São Paulo: MST, 1995.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*. v. 15, n. 43, p. 83-100, set.-dez. 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, 68).
- SACHS, Wolfgang (ed.). *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A biodiversidade para além da preservação. Biotecnologia, desenvolvimento sustentado, patenteamento da vida: o colonialismo genético em questão. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n.16, setembro, p.79-93, 1994.
- \_\_\_\_\_. Leitura geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre: AGB, n.24, p.31-42, 1998.
- \_\_\_\_\_. Qualificação profissional: Adestramento ou Liberdade? *Revista Pegada*, n.1, ano1. Presidente Prudente, CEGeT, 2000, p.5-16.
- \_\_\_\_\_. Desenho societal dos sem terra no Brasil, 500 anos depois. *Revista da ABRA*, Campinas, 2001; v. 29, n. 3, set./dez., 1999; v. 30, n. 1, 2, 3, jan./dez. 2000, p. 31-46.
- \_\_\_\_\_. Por uma Geografia do Trabalho. *IV Colóquio Internacional de Geocrítica*, Barcelona, 2002a. disponível em: [www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm](http://www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm)

\_\_\_\_\_. O Mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. *IV Colóquio sobre Transformaciones Territoriales*, CD. Montevideu, 2002c. (no prelo).

\_\_\_\_\_. *Por trás dos Canaviais os Nós da Cana*. São Paulo: Annablume, 2002b.

VEIGA, José Eli da. Delimitando a Agricultura Familiar. In: *Reforma Agrária, n° 2 e 3*. Campinas: ABRA, 1995.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes para uma nova política agrária*. 1998. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br>>. Acesso em: 02 ago. 2001.

VEIGA, José Eli da et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. *Qual política para o campo brasileiro? (Do Banco Mundial ao PRONAF: a trajetória de um novo modelo?)*. 1997. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos>>. Acesso em: 4 abr. 2001.

## DOCUMENTOS DE TRABAJO YA PUBLICADOS

### ÁREA DE ANÁLISE ECONÓMICA:

1. *Experimentación y estructura de mercado en la relación de licencia de patentes no drásticas. El caso de información simétrica.* (Manuel Antelo Suárez).
2. *Experimentación y estructura de mercado en la relación de licencia de patentes no drásticas. El caso de información asimétrica.* (Manuel Antelo Suárez).
3. *Modelos empíricos de oligopolio: una revisión.* (María Consuelo Pazó Martínez).
4. *El Análisis económico de los procesos de urbanización.* (Olga Alonso Villar).
5. *Optimal Tariffs When Production is fixed.* (José Méndez Naya; Luciano Méndez Naya).
6. *Reglas de clasificación discriminante: aplicación a la vivienda.* (Raquel Arévalo Tomé).
7. *Estructura demográfica y sistemas de pensiones. Un análisis de equilibrio general aplicado a la economía española.* (María Montero Muñoz).
8. *Spatial distribution of production and education.* (Olga Alonso-Villar).
9. *Diferencias salariales y comportamiento no competitivo en el mercado de trabajo en la industria española.* (Víctor Manuel Montuenga, Andrés E. Romeu Santana, Melchor Fernández Fernández).
10. *GPs' Payment Contracts and their Referral Policy.* (Begoña García Mariñoso e Izabela Jelovac).
11. *Una nueva matriz de contabilidad social para España: la SAM-90.* (Melchor Fernández e Clemente Polo).
12. *Money and Business Cycle in a Small Open Economy.* (Eduardo L. Giménez e José María Martín-Moreno).
13. *Endogenous Growth With Technological Change: A Model Based On R&D Expenditure.* (M<sup>a</sup> Jesús Freire-Serén).
14. *Productive Public Spending in a Balassa-Samuelson Model of Dual Inflation.* (José María Martín-Moreno e Jorge Blázquez).
15. *Efficient Allocation of Land between Productive Use and Recreational Use.* (Eduardo L. Giménez, Manuel González Gómez).
16. *Funcional Forms, Sampling Considerations and Estimation of Demand for Protected Natural Areas: The Cíes Islands Case Study in Galicia (Spain).* (Manuel González Gómez, Philippe Polomé e Albino Prada Blanco).
17. *Innovación e Comercio: Estimación dun Modelo Dinámico de Datos de Panel con Coeficientes Heteroxéneos.* (Xulia Guntín Araujo).
18. *Disparidades regionales en la tasa de paro: el papel del mecanismo de determinación salarial.* (Roberto Bande e Melchor Fernández, Víctor M. Montuenga).
19. *Restructuring or delegating: which is better?* (Manel Antelo, and Lluís Bru)
20. *Ajustes Dinámicos en las Tasas de Paro: España Vs. Portugal.* (Roberto Bande).

### ÁREA DE ECONOMÍA APLICADA:

1. *Economía de Mercado e Autoxestión: Sociedades Anónimas Laborais do Sector Industrial en Galicia.* (Xosé Henrique Vázquez Vicente).
2. *Fecundidade e Actividade en Galicia, 1970-1993.* (Xoaquín Fernández Leiceaga).
3. *La reforma de la financiación autonómica y su incidencia en Galicia.* (Xoaquín Álvarez Corbacho).
4. *A industria conserveira: Análise económica dunha industria estratéxica en Galicia. 1996.* (José Ramón García González).
5. *A contabilización física dos fluxos de enerxía e materiais.* (Xoan Ramón Doldán García).
6. *Indicadores económico-financieiros estratificados do sector industrial conserveiro en Galicia. 1993-1996.* (José Ramón García González).

7. *A desigualdade relativa na distribución persoal da renda en Galicia. Análise cuantitativa a partir dos datos da EPF 90/91.* (Ángela Troitiño Cobas).
8. *O benestar-renda en Galicia. Análise cuantitativa a partir dos datos da EPF 90/91.* (Ángela Troitiño Cobas).
9. *El fraccionamiento del periodo impositivo en el IRPF Español y la decisión temporal de casarse.* (Jaime Alonso, Xose C. Álvarez, Xose M. González e Daniel Miles).
10. *Análise dos inputs intermedios, primarios e da formación bruta de capital fixo no sector mitícola galego.* (Gonzalo Rodríguez Rodríguez).
11. *Un algoritmo genético versus técnicas tradicionais para la validación teórica en valoración contingente.* (Manuel González Gómez y Marcos Álvarez Díaz).
12. *La incidencia de la ley de cooperativas de Galicia en el régimen fiscal especial de estas entidades.* (Fdo. Ignacio Fernández Fernández, M<sup>a</sup> Milagros Sieiro Constenla)

#### ÁREA DE HISTORIA:

1. *Aproximación ao crédito na Galiza do S. XIX. Os casos da terra de Santiago e da Ulla.* (Francisco Xabier Meilán Arroyo).
2. *Aspectos do comercio contemporáneo entre España e Portugal.* (Carmen Espido Bello).
3. *Pensamento económico e agrarismo na primeira metade do século XX.* (Miguel Cabo Villaverde).
4. *Civilizar o corpo e modernizar a vida: ximnasia, sport e mentalidade burguesa na fin dun século. Galicia 1875-1900.* (Andrés Domínguez Almansa).
5. *Las élites parlamentarias de Galicia (1977-1996).* (Guillermo Márquez Cruz).
6. *Perfil do propietario innovador na Galicia do século XIX. Historia dun desencontro.* (Xosé R. Veiga Alonso).
7. *Os atrancos do sector pecuario galego no contexto da construción do mercado interior español, 1900-1921.* (Antonio Bernárdez Sobreira).
8. *Los estudios electorales en Galicia: Una revisión bibliográfica (1876-1997).* (Ignacio Lago Peñas).
9. *Control social y proyectos políticos en una sociedad rural.* Carballo, 1880-1936. (Silvia Riego Rama).
10. *As Primeiras Eleccións do Estatuto Real na Provincia de Lugo.* (Prudencio Vivero Mogo).
11. *Galicia nos tempos de medo e fame: autarquía, sociedade e mercado negro no primeiro franquismo, 1936-1959.* (Raúl Soutelo Vázquez).
12. *Organización e mobilización dos traballadores durante o franquismo. A folga xeral de Vigo do ano 1972.* (Mario Domínguez Cabaleiro, José Gómez Alén, Pedro Lago Peñas, Víctor Santidrián Arias).
13. *En torno ó elduyenismo: reflexións sobre a política clientelista na provincia de Pontevedra. 1856-1879.* (Felipe Castro Pérez).
14. *As estatísticas para o estudo da agricultura galega no primeiro tercio do século xx. Análise crítica.* (David Soto Fernández).

#### ÁREA DE XEOGRAFÍA:

1. *A industria da lousa.* (Xosé Antón Rodríguez González; Xosé M<sup>a</sup> San Román Rodríguez).
2. *O avellentamento demográfico en Galicia e as súas consecuencias.* (Jesús M. González Pérez; José Somoza Medina).
3. *Estructura urbana da cidade da Coruña, os barrios residenciais: o espazo obxectivo e a súa visión a través da prensa diaria.* (M<sup>a</sup> José Piñeira Mantiñán; Luis Alfonso Escudero Gómez).
4. *As vilas e a organización do espazo en Galicia.* (Román Rodríguez González).
5. *O comercio nas cabeceiras do interior de Galicia.* (Alejandro López González).
6. *A mortalidade infantil no noroeste portugués nos finais do século XX.* (Paula Cristina Almeida Remoaldo).

7. *O casco histórico de Santiago de Compostela, características demográficas e morfolóxicas.* (José Antonio Aldrey Vázquez; José Formigo Couceiro).
8. *Mobilidade e planificación urbana en Santiago de Compostela: cara a un sistema de transportes sustentable.* (Miguel Pazos Otón).
9. *A produción de espazo turístico e de ocio na marxe norte da ría de Pontevedra.* (Carlos Alberto Patiño Romarís).
10. *Desenvolvemento urbano e difusión xeolingüística: algúns apuntamentos sobre o caso galego.* (Carlos Valcárcel Riveiro).
11. *Nacionalismo y educación geográfica en la España del siglo XX. Una aproximación a través de los manuales de bachillerato.* (Jacobo García Álvarez, Daniel Marías Martínez).
12. *Novo Sentido da Luta de Classes e do Controlo Social no Meio Rural. Uma Contribuição à Geografia do Conflito Capital x Tráballo.* (Jorge Montenegro Gómez, Antonio Thomaz Júnior).

#### ÁREA DE XESTIÓN DA INFORMACIÓN

1. *Estudio Comparativo das Bases de Datos: Science Citation Index, Biological Abstracts, Current contents, Life Science, Medline.* (Margarida Andrade García; Ana María Andrade García; Begoña Domínguez Dovalo).
2. *Análise de satisfacción de usuarios cos servicios bibliotecarios da Universidade na Facultade de Filosofía e CC. da Educación de Santiago.* (Ana Menéndez Rodríguez; Olga Otero Tovar; José Vázquez Montero).

#### XORNADAS DO IDEGA

1. *Pobreza e inclusión social en Galicia.* Coordinadores: Coral del Río Otero; Santiago Lago Peñas.
2. *O sistema universitario Galego: balance e perspectivas.* Coordinadores: Santiago Lago Peñas, Alberto Vaquero García.

❖ *Tódolos exemplares están dispoñibles na biblioteca do IDEGA, así como na páxina WEB do Instituto (<http://www.usc.es/idega/>)*

## **NORMAS PARA A REMISIÓN DE ORIXINAIS:**

Deberán ser remitidos tres exemplares do traballo e unha copia en diskette ao Director do IDEGA: Avda. das ciencias s/nº. Campus Universitario Sur. 15706 Santiago de Compostela, cumprindo coas seguintes normas:

1. A primeira páxina deberá incluír o título, o/s nome/s, enderezo/s, teléfono/s, correo electrónico e institución/s ás que pertence o/s autor/es, un índice, 5 palabras chave ou descriptors, así como dous resumos dun máximo de 200-250 palabras: un na lingua na que estea escrita o traballo e outro en inglés.
2. O texto estará en interlineado 1,5 con marxes mínimas de tres centímetros, e cunha extensión máxima de cincuenta folios incluídas as notas e a bibliografía.
3. A bibliografía se presentará alfabeticamente ao final do texto seguindo o modelo: Apelidos e iniciais do autor en maiúsculas, ano de publicación entre paréntese e distinguindo a, b, c, en caso de máis dunha obra do mesmo autor no mesmo ano. Título en cursiva. Os títulos de artigo irán entre aspas e os nomes das revistas en cursiva. lugar de publicación e editorial (en caso de libro), e, en caso de revista, volume e nº de revista seguido das páxinas inicial e final unidas por un guión.
4. As referencias bibliográficas no texto e nas notas ao pé seguirán os modelos habituais nas diferentes especialidades científicas.
5. O soporte informático empregado deberá ser Word(Office 97) para Windows 9x, Excell ou Acces.
6. A dirección do IDEGA acusará recibo dos orixinais e resolverá sobre a súa publicación nun prazo prudencial. Terán preferencia os traballos presentados ás Sesións Científicas do Instituto.

O IDEGA someterá tódolos traballos recibidos a avaliación. Serán criterios de selección o nivel científico e a contribución dos mesmos á análise da realidade socio-económica galega.